

# Optimus investiga eventual violação do sistema

● Passos Coelho  
mantém Júlio Pereira  
até fim do inquérito



**MANUEL  
VILLAVERDE  
CABRAL**  
Investigador

“

A gravidade  
da situação  
é enorme. As  
consequências  
na prática  
serão nulas.

**Saiba**  
como pode  
estar a ser  
escutado  
sem saber

A Optimus está a investigar se terá havido uma falha nos seus sistemas de informação. Entretanto, o primeiro-ministro “congelou” a saída de Júlio Pereira do cargo de secretário-geral dos serviços de informação até à conclusão do inquérito. **1ª Linha 4 a 7**



## Primeira Linha

SERVIÇOS SECRETOS

# Passos adia saída do líder das secretas

Primeiro-ministro “segura” Júlio Pereira até este concluir com “celeridade e profundidade” inquérito à alegada espionagem a um jornalista **ANTÓNIO LARGUESA**

O primeiro-ministro “congelou” a saída de Júlio Pereira do cargo de secretário-geral dos Serviços de Informação da República Portuguesa (SIRP), quando se especulava que pudesse aproveitar o encontro de ontem, em São Bento, para aceitar finalmente o pedido de demissão apresentado em Julho. Fica, assim, adiada por mais alguns dias a saída do líder das secretas, enquanto não passa a “tempestade” que assola os serviços de informação desde o início do Verão, a coincidir com a entrada em funções do Governo (ver ao lado).

Durou pouco mais de uma hora a reunião convocada pelo primeiro-ministro para abordar o “assunto importante e grave” das alegadas escutas ao jornalista Nuno Simas, confirme noticiado pelo semanário “Expresso”. Apenas o último dos escândalos relacionados com fugas de informação, que envolve o ex-director do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED), Jorge Silva Carvalho.

Depois de ter pedido, no sábado, a abertura de um inquérito que investigue este último caso, Passos Coelho quis pessoalmente “fazer a avaliação da situação e manifestar empenho em ver o inquérito ser levado a cabo com a maior celeridade e profundidade”, disse à Lusa fonte oficial. Sobre a possibilidade de demissão de Júlio Pereira, disse apenas que este tipo de cargos “estão sempre à disposição do primeiro-ministro”.

O primeiro-ministro faz compasso de espera antes de avançar para a nomeação de um sucessor de Júlio Pereira, que tenha a sua confiança política. Silva Carvalho chegou a ser apontado como hipótese, tendo até colaborado no programa eleitoral do PSD com propostas na área da Segurança. Uma possibilidade agora pratica-

**O primeiro-ministro quis (...) manifestar empenho em ver o inquérito ser levado a cabo com maior celeridade e profundidade.**

**GABINETE DE PASSOS COELHO**

mente afastada, depois de ter visto o seu nome envolvido na alegada fuga de informações para a Ongoing, antes de aceitar o convite de Nuno Vasconcellos para integrar os quadros desta empresa. É vice-presidente da Ongoing Shared Services, criada em Janeiro de 2011, e um mês depois foi nomeado vogal da Ongoing Technologies.

**Parlamento ouve protagonistas**

Esta manhã serão votados os requerimentos do PS e PCP para ouvir Júlio Pereira e Silva Carvalho, duas audiências que ganham relevância com a polémica sobre a espionagem ilegal a um jornalista. No início de Agosto, todos os partidos concordaram com a realização destas audições.

Aos deputados, resta convocar as duas personalidades para serem ouvidas à porta fechada, já que Passos invocou o segredo de Estado para lhes negar o acesso à investigação interna. O BE apresentou um requerimento para forçar o envio das conclusões, expurgadas dos elementos protegidos pela lei.

### IDEIAS-CHAVE

ESCÂNDALO PROVOCA CORRIDA À JUSTIÇA E INVESTIGAÇÕES

#### PGR ABRE MAIS UM INQUÉRITO

A Procuradoria-Geral da República abriu inquérito a alegadas consultas à facturação de telemóvel do jornalista Nuno Simas em 2010. O inquérito vai ser aberto no DIAP de Lisboa, onde “já correm outros [processos] referentes a escutas”.

#### PASSOS PEDE NOVO RELATÓRIO

O primeiro-ministro ordenou um inquérito aos serviços secretos sobre este caso, que considerou de “grande gravidade”. Ontem, Passos pediu a Júlio Pereira “celeridade e profundidade” no apuramento da verdade.

#### “PÚBLICO” CONTRA IMPUNIDADE

Também a direcção do “Público”, onde até há pouco trabalhava o jornalista Nuno Simas, pediu às autoridades competentes a abertura de um inquérito, pois “um caso destes não pode ficar impune”.

#### CNPD EM AVERIGUAÇÕES

A Comissão Nacional de Protecção de Dados anunciou a abertura de um “processo de averiguações no âmbito estrito das suas competências”, informou a secretária-geral, Isabel Cruz.

#### CARVALHO TAMBÉM SE QUEIXA

O próprio Jorge Silva Carvalho, ex-director do SIED, agora ao serviço da Ongoing, apresentou uma queixa no DIAP por violação do seu e-mail.



Escândalo nas “secretas” | Pedro Passos Coelho pediu celeridade nos esclarecimentos.



Miguel Baltazar

# Só um juiz pode permitir o acesso a dados de tráfego telefónico

## Lei impede as secretas de fazerem escutas e acederem a dados telefónicos

**FILOMENA LANÇA**  
 filomenalanca@negocios.pt

A Lei é clara: só os órgãos de polícia criminal, mediante prévia autorização de um juiz, podem aceder a dados telefónicos de um cidadão, sejam escutas ou dados de tráfego, isto é, informação sobre quem liga para um determinado número de telefone ou com quem é que comunica o seu titular. E os serviços de informação não se incluem no conceito de órgãos de polícia criminal nem, muito menos, actuam na dependência de um magistrado, pelo que a informação obtida pelo Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED) relativa aos detalhes das conversas telefónicas do jornalista Nuno Simas foi completamente ilegal.

O Código de Processo Penal, na sequência do que manda a Constituição da República, prevê expressamente que "a interceptação e a gravação de conversações ou comunicações telefónicas só podem ser autorizadas durante o inquérito, se houver razões para crer que a diligência é indispensável para a descoberta da verdade ou que a prova seria, de outra forma, impossível ou muito difícil de obter". Na prática, explica Carlos Anjos, ex-presidente da Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal, as escutas "são o último meio de prova" e "não devem ser banalizadas". Dada a importância que lhes dá a Lei, devem ser realizadas "por despacho fundamentado do juiz de instrução e mediante requerimento do Ministério Público", lê-se no Código.

A partir do momento em que o juiz autoriza, é enviado um ofício às operadoras telefónicas a dar conta da ordem judicial e a ordenar que as chamadas telefónicas em causa sejam direccionadas para a linha da polícia.

O entendimento é o mesmo quando se trata de dados de tráfego, o que está em causa no caso Nuno Simas. Um parecer do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República estabelece que este tipo de informação é equiparada à informação recolhida através de escutas, ou seja, "está sujei-

Tal como acontece com a realização de escutas, também a recolha de informação sobre números de telefone é reservada.

ta ao sigilo das telecomunicações". Assim sendo, "apenas poderão ser fornecidos às autoridades judiciais, pelos operadores de telecomunicações, nos termos e pelo modo em que a lei de processo penal permite a interceptação das comunicações, dependendo de ordem ou autorização do juiz de instrução".

**Secretas querem acesso a escutas**  
 A possibilidade de fazerem escutas é uma velha reivindicação dos serviços de informação que, no Governo PS chegaram a contar com o aval do então ministro da Justiça. Alberto Costa admitia ponderar a questão - que obrigaria a uma revisão constitucional - estabelecendo um regime semelhante ao que existe nalguns países, como o Reino Unido, onde são admitidas escutas administrativas. A diferença é que aí podem ser feitas sem autorização judicial, não podendo depois ser aceites como prova e, por cá, Alberto Costa insistia na supervisão de um juiz.

## CRONOLOGIA

O "VERÃO QUENTE" DOS SERVIÇOS SECRETOS, A COINCIDIR COM A ENTRADA EM FUNÇÕES DO NOVO GOVERNO

**27 DE JUNHO**

### BAIRRÃO FORA DO GOVERNO

Dias antes da tomada de posse, Marcelo Rebelo de Sousa noticiava a ida de Bernardo Bairrão da TVI para secretário de Estado da Administração Interna. Mas na lista apresentada a Cavaco o seu nome não aparece. Segundo noticiado posteriormente pelo "Expresso" e "Sol", Manuela Moura Guedes envia informação a Passos levantando suspeitas sobre negócios de Bairrão em Angola. Passos terá sabido, por terceiros, que o SIS tinha elaborado um relatório em 2009 sobre Bairrão e Angola. Bairrão não chegou a secretário de Estado. Passos negou qualquer pedido de informação sobre Bairrão.

**23 DE JULHO**

### AS FUGAS DE INFORMAÇÃO

O "Expresso" noticia alegadas fugas de informação por parte de Silva Carvalho. Diz que ex-director do SIED terá passado informação à Ongoing antes de sair. Passos abre inquérito sobre fugas. Silva Carvalho nega ter fornecido informações confidenciais e pede para ser ouvido no Parlamento.

**27 DE JULHO**

### SILVA CARVALHO MANDA EMAILS

Em entrevista ao "DN", Silva Carvalho admite que enviou emails, mas que não violou o dever de sigilo nem o segredo de Estado. Fala, em contrapartida, em violação da sua correspondência. E considera que o "Expresso" está a fazer um linchamento público. Associa as notícias do Expresso à disputa entre a Impresa (dona do "Expresso") e a Ongoing.

**29 DE JULHO**

### MUDANÇAS NO REGIME DE INCOMPATIBILIDADES

O "DN" noticia que Governo prepara legislação sobre incompatibilidades e impedimentos de altos cargos públicos, para evitar situações de potencial conflito de interesses.

**30 DE JULHO**

### "RAZIA" NAS SECRETAS

O "Expresso" garante que o Governo prepara razia nas secretas, admitindo fusão do SIED e do SIS. Júlio Pereira, secretário-geral do Sistema de Informação da República Portuguesa, pediu demissão.

**4 DE AGOSTO**

### RELATÓRIO CONFIRMA USO INDEVIDO DE INFORMAÇÕES

O presidente do Conselho de Fiscalização do SIRP, Marques Júnior, admitiu no Parlamento a "utilização indevida de meios afectos ao SIED e o envio indevido de informações". Embora possam "justificar procedimento interno", não colocaram "problemas aos serviços de informações", nem se traduziu na violação do segredo de Estado, acrescentou numa nota.

**5 DE AGOSTO**

### PASSOS PEDE CONSEQUÊNCIAS

O gabinete do primeiro-ministro confirma que pediu um "procedimento interno" ao secretário-geral do SIRP, depois de ter recebido o resultado do inquérito que pediu às secretas sobre a eventual passagem de dados à Ongoing.

**22 DE AGOSTO**

### MINISTÉRIO PÚBLICO EM ACÇÃO

O secretário-geral do SIRP é ouvido como testemunha pelo Ministério Público, no âmbito de um inquérito criminal sobre fuga de informação.

**27 DE AGOSTO**

### PARLAMENTO IMPEDIDO DE ACEDER A RELATÓRIO SECRETO

O Parlamento pediu ao Governo as conclusões do inquérito efectuado pelos próprios serviços, mas o primeiro-ministro impediu acesso ao relatório do SIRP. Numa carta enviada ao presidente da comissão parlamentar competente, citada pelo jornal "Público", Passos justifica com a lei do segredo de Estado e invoca especificamente a possibilidade da divulgação dos dados provocar dano à segurança interna e externa.

**27 DE AGOSTO**

### JORNALISTA "ESPIADO"

O semanário "Expresso" noticiou que o Serviço de Informações Estratégicas do Estado (SIED), que depende do SIRP, "espionou" o telemóvel de um antigo jornalista do "Público", Nuno Simas, agora director-adjunto de informação da Lusa, "com o objectivo de descobrir as eventuais fontes do jornalista". A Procuradoria-geral da República e Passos ordenam inquéritos.



## Os Serviços Secretos em Portugal

# Acesso a dados de jornalista do 'Público' "é muito grave" para o regime

Manuel Villaverde Cabral diz tratar-se de um caso de corrupção moral e que há muito que o sistema bateu no fundo

**FILIPE PACHECO**  
filipepacheco@negocios.pt

O acesso dos registos telefónicos do jornalista Nuno Simas pelos Serviços de Informações Estratégicas de Defesa (SIED), noticiado no sábado pelo "Expresso", é um caso "cuja gravidade é enorme" e é mais um indício de que o sistema "bateu no fundo", diz Manuel Villaverde Cabral, investigador do Instituto de Ciências Sociais. "É um caso de corrupção moral, de uso privado de informação para fins desconhecidos ou para defesa do sistema. É gravíssimo. A minha confiança no sistema é nula", observa o cientista social.

No mesmo dia em que se ficou a saber que Júlio Pereira – depois de uma reunião com o primeiro-ministro – irá manter-se no cargo de secretário-geral do Sistema de Informações da República, Villaverde Cabral regista, com desagrado, que não "há mais nada para saber". "Ficamos por aqui. Não vai acontecer nada. O sistema judicial português está no grau zero", complementa.

Existem questões por esclarecer, nomeadamente se as secretas agiram a mando do Governo na altura em funções. "Essa possibilidade seria desastrosa para a confiança que temos de depositar em serviços do Estado tão delicados como as secretas. É muito complicado para a confiança no regime democrático. Seria grave o suficiente para repensar todos os mecanismos de controlo das secretas", explica Rodrigo Esteves de Oliveira, advogado e constitucionalista. Isto porque "estariamos na presença de um 'big brother' muito grande, sempre de olhos postos nos cidadãos". "Não há coisa mais grave do que usar a máquina do Estado para perseguir ou pressionar uma pessoa", complementa.

A confirmarem-se as informa-

Não há nada mais grave do que o uso da máquina do Estado para perseguir uma pessoa.

**RODRIGO ESTEVES DE OLIVEIRA**  
Advogado

ções veiculadas pelo "Expresso", Viriato Soromenho Marques classifica de "muito grave" a situação, uma vez que "coloca em causa o uso adequado de forças sensíveis para o Estado democrático". "Estas precisam de ter autocontenção", diz. "A ausência de contenção significa que a decisão ou surgiu no interior do serviço e fora do poder político – aí estamos perante um problema disciplinar em que se deve mudar a direcção –, ou do interior do Governo, o que é mais complicado", observa o professor universitário de Filosofia. Soromenho Marques lembra que o "sistema político tem de saber prevenir estas situações", em defesa da "preservação da liberdade de imprensa". Mas alerta que "não se pode pôr em causa serviços tão sensíveis para a protecção do Estado em nome da total transparência". E relembra o episódio da divulgação pública de uma lista com os nomes dos operacionais das secretas quando Veiga Simão era ministro da Defesa de António Guterres.

Dadas as características dos serviços de informação, o filósofo considera que estes funcionam na fronteira da Lei. "A selecção de pessoal tem de ser absolutamente segura. Não podem ser pessoas que vão para lá fazer favores aos partidos".



"Lista de compras" | O "Expresso" noticiou que as ligações telefónicas de um jornalista foram conhecidas pelas secretas.



Manuel Villaverde Cabral acredita que este caso não trará quaisquer consequências.

A gravidade da situação é enorme. As consequências, na prática, serão nulas.

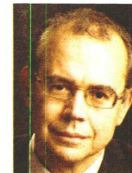
**MANUEL VILLAVERDE CABRAL**  
Investigador do ICS



No limite, teriam de ser repensados os mecanismos de controlo das secretas, diz o advogado.

[A ser feito com conhecimento do Estado], estaríamos perante a presença de um "big brother" enorme.

**RODRIGO ESTEVES DE OLIVEIRA**  
Advogado



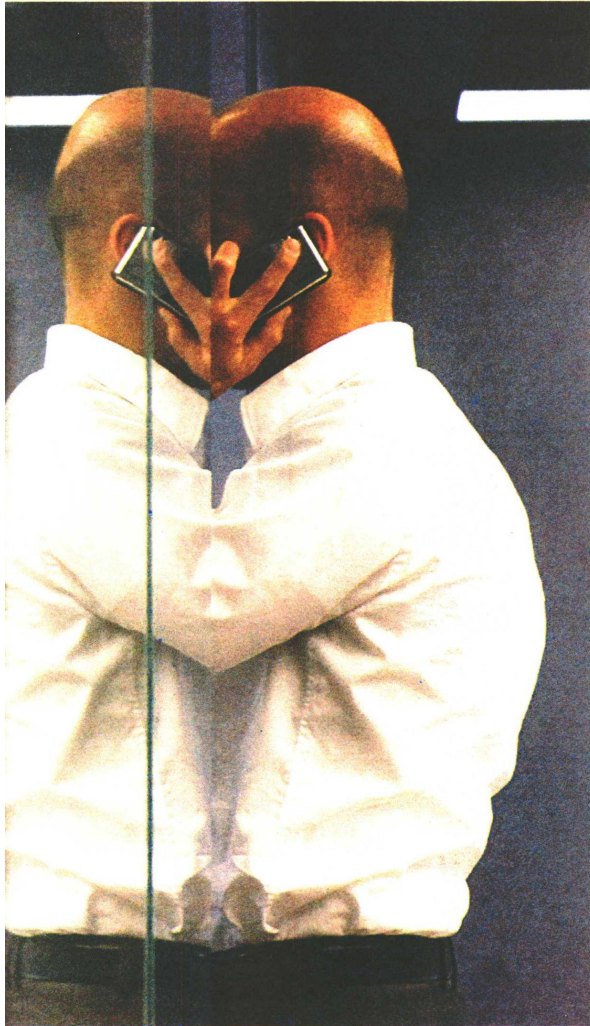
O filósofo advoga que o Estado tem de prevenir estas situações sem pôr em causa as secretas.

É uma situação que coloca em causa o uso adequado de forças sensíveis para o Estado democrático.

**VIRIATO SOROMENHO MARQUES**  
Filósofo



Ralph Orlowski / Reuters



# Optimus investiga eventual violação do seu sistema

Operadora que está no centro do caso das escutas a um jornalista diz que não dá informações às secretas

**ALEXANDRA MACHADO\***  
amachado@negocios.pt

A Optimus está a verificar se o seu sistema foi violado. A operadora garantiu ao **Negócios** ter tomado medidas para "apurar de que forma o sistema possa ter sido ilegalmente violado". No entanto, garante ter um "sistema de controlo de acesso a informação muito rigoroso e que garante a total confidencialidade dos dados".

A Optimus era a operadora do jornalista Nuno Simas quando, alegadamente, as secretas obtiveram o registo de todas as chamadas e mensagens que realizou e que recebeu. Nuno Simas estava, então, no jornal "Público" e utilizava um telemóvel desse órgão de comunicação social, detido por Sonaecom. O "Expresso" noticiou a escuta no fim-de-semana, escrevendo que a informação pode mesmo ter sido cedida aos serviços de informação por alguém de dentro da Optimus.

A operadora, no sábado, atribuiu a referência do jornal "Expresso" a uma suposta colaboração a "um equívoco que o jornal não procurou esclarecer junto da empresa." E nessa mesma ocasião refutava ter tido qualquer espécie de colaboração no fornecimento ilegal de dados. "A empresa nunca fornece registos de comunicações a quaisquer entidades", declarou. As operadoras de telecomunicações só podem dar os registos mediante pedido formal de um juiz. E, por outro lado, não podem dar informações aos serviços de informação externos (SIED), já que não existe enquadramento jurídico para o fazerem.

Confrontada pelo **Negócios**, com a possibilidade de alguém internamente poder ter feito chegar os registos ao SIED à margem do conhecimento formal da empresa, a Optimus voltou a garantir não prestar informações a não ser a pedido de um juiz, salientando ter um sistema de controlo de acesso à informação "muito rigoroso".

No entanto, "a empresa já tomou as medidas necessárias com vista a apurar de que forma o sis-

**A Optimus já tomou as medidas necessárias com vista a apurar de que forma o sistema possa ter sido ilegalmente violado.**

**OPTIMUS**

tema possa ter sido ilegalmente violado".

Segundo apurou o **Negócios**, não são todos os trabalhadores dos operadores que têm acesso a esses registos. A Vodafone garante que os dados dos seus clientes "são tratados de acordo com o normativo legal aplicável, sendo apenas transmitidos às autoridades judiciárias e aos órgãos de polícia criminal mediante a competente autorização judicial". A TMN não respondeu ao **Negócios**.

De qualquer forma, há quem saliente que mesmo que a informação tenha sido enviada às secretas por alguém de dentro da Optimus, os registos foram trabalhados. É que, pela folha de Excel que o "Expresso" publicou, verifica-se que além da indicação do número de telefone de contactos de Nuno Simas surge a referência ao seu proprietário, algo que os registos não incluem. No âmbito da investigação a este caso, o operador poderá vir a ser chamado a prestar esclarecimentos. \*Com FL

## SAIBA COMO

HÁ VÁRIOS SISTEMAS PARA SE ESPIAR TELEMÓVEIS

### ESCUTAS REALIZADAS COM APARELHOS INTERCEPTORES

Vendem-se na Internet ou em qualquer loja de aparelhos informáticos e de telecomunicações. São dois aparelhos, um dos quais, uma espécie de "chip", é colocado no telefone (telemóvel ou fixo) que se pretende pôr sob escuta. Exige um acesso prévio ao aparelho, agora que estamos na era do digital (antigamente era possível interceptar a linha telefónica), mas todas as comunicações efectuadas são depois gravadas e enviadas para um receptor. Como reconheceu o próprio procurador-geral da República, "vendem-se em qualquer loja do Martim Moniz e são incontroláveis".

### MICROFONES DIRECCIONADOS

São aparelhos de grande potência, que permitem recolher sons a uma distância de 20 ou 30 metros. Tem o problema de apanhar também o ruído de fundo, mas esse é depois eliminado em laboratório, por qualquer especialista em telecomunicações. Segundo peritos contactados pelo **Negócios**, são também facilmente adquiríveis na Net ou em lojas da especialidade.

### "SOFTWARES" DE ESPIONAGEM

Há vários programas ("softwares") que colocam "escutas" nos telemóveis. Na maior parte dos casos, quem quiser escutar terá de ter acesso ao telemóvel visado. No entanto, há quem garanta que basta, noutros casos, um envio de uma mensagem curta, que ao ser aberta instala o "espião", como acontece, por exemplo, com alguns programas de espionagem de computadores.

## "Isto não é normal em democracia"

O Sindicato dos Jornalistas (SJ) defende que o acesso aos dados do jornalista Nuno Simas é "uma violação gravíssima de uma lei que já de si é má". Assim, Alfredo Maia, presidente do SJ, subscreeve que os factos em causa "contribuem para alimentar a suspeição generalizada sobre as pessoas".

O SJ fez saber que vai pedir ao procurador-geral da República e à Comissão de Fiscalização dos Serviços de Informações da República uma investigação "urgente para o apuramento cabal dos factos". "Trata-se de uma ameaça aos direitos de um cidadão e um risco para a liberdade de imprensa e para a democracia, por se tratar de um jornalista", declara Alfredo Maia.

Factos como os tornados públi-

cos no sábado pelo "Expresso", de que Jorge Silva Carvalho terá pedido o registo das comunicações móveis de Nuno Simas - o jornalista então no "Público" que acompanhava a actividade das secretas - contribuem para que se tema o pior no que diz respeito à liberdade de imprensa. "Se o segredo das fontes está ameaçado, é legítimo temer que os jornalistas não tenham condições de fazer o seu trabalho em liberdade e em responsabilidade", observa Alfredo Maia. João Marcelino, director do "Diário de Notícias", diz temer que este não seja um caso isolado. "A minha percepção é que este não é um caso único. Isto é gravíssimo. Não é normal em democracia. O Estado tem de pôr cobro a isto", defende Marcelino.